



O mito em William Faulkner: entre a defesa e a denúncia da tradição

The Myth in William Faulkner's Works: Between the Defense and the Denouncement of the Tradition

Rogério Lobo Sáber

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), Pouso Alegre, Minas Gerais / Brasil

rog.saber@live.com

Resumo: Este ensaio prioriza uma leitura da poética do escritor norte-americano William Faulkner (1897-1962) articulada a teorias culturais e filosóficas sobre o mito e busca compreender as relações que se estabelecem entre a estética faulkneriana e a (re)criação da tradição sulista, que pode ser interpretada como um discurso mítico. O artigo reflete sobre a relação do escritor com o mito sulista e sobre o tratamento literário que é conferido à temática em seus romances. A investigação proposta torna evidente que Faulkner se situa em uma encruzilhada existencial, bifurcada entre a defesa e a denúncia da tradição de sua terra natal. A (re)criação literária do universo mítico sulista permite, ao escritor, problematizar a narrativa mítica em que se converteu a tradição, questionando sobretudo suas limitações ideológicas. O esforço em narrar a crônica do Sul também é uma tentativa possível de reconstrução do sentido existencial de uma comunidade esfacelada pela Guerra de Secessão e pelas vertiginosas mudanças histórico-econômicas.

Palavras-chave: William Faulkner; mito; tradição; gótico do Sul.

Abstract: This essay proposes a reading of the poetics of William Faulkner, by linking it to cultural and philosophical theories about myth, and it intends to understand the established relations between Faulkner's aesthetics and his creative review of the Southern tradition, read as a mythical discourse. This paper reflects about the relation between the writer and the Southern myth and it speculates about the literary handling consecrated to such theme in his novels. The research brings to light that Faulkner faces an existential forked crossroad that encourages him to defense and denouncement

of his homeland tradition. The literary (re)creation of the Southern mythical universe allows the writer to problematize the mythical narrative the tradition evolved into and to question its ideological boundaries. The effort into narrating the Southern chronicle is also a possible attempt to rebuild the existential meaning of a community shattered by American Civil War and by vertiginous historical and economical changes.

Keywords: William Faulkner; myth; tradition; Southern Gothic.

Ao começar Sartoris, descobri que meu pequeno selo postal do solo nativo valia a pena ser escrito e que eu jamais viveria o suficiente para exauri-lo [...]. Abriu-se uma mina de ouro [...], então criei um cosmos meu.

(William Faulkner)

Nosso propósito é investigar se as teorias filosóficas que discorrem sobre o mito e suas funções sociais ampliam as possibilidades interpretativas dedicadas à criação literária do escritor americano William Faulkner (1897-1962).¹ A compreensão dos vínculos que se estabelecem entre Faulkner e o mito impele-nos a um exame inicial de dois pontos encadeados, a saber: (1) relação do escritor com o mito sulista (ou seja, com o discurso da tradição vigente em seu próprio substrato biográfico) e a (2) transmutação, para um universo mítico-literário, da leitura faulkneriana dessa mesma tradição.

Ernst Cassirer (2004) aponta-nos que, ao mito, frequentemente fora reservada uma interpretação alegórica, como se a narrativa em questão correspondesse exclusivamente a um veículo de uma mensagem subjacente. Para o filósofo, vinculado a uma vertente teórica neokantiana, é preciso compreender o mito como sendo uma configuração mental que resulta em uma estruturação específica de mundo. A mitologia não oculta algo da realidade, mas é uma forma de se organizar a visão de mundo que se ampara sobre um determinado “princípio espiritual” (CASSIRER, 2004, p. 35). Em síntese, o mito não é o “retrato [*Abbild*] de uma existência dada, mas sim um modo tipicamente seu de formar [*Bilden*]” (p. 37). Em outra obra, Cassirer (1972) assinala novamente a ideia de que a mitologia não representa a cópia de um mundo transcendente nem corresponde a uma imagem fantástica que se esboçou a partir da

¹ Do âmbito filosófico, tomamos como tríade-base as proposições de Ernst Cassirer (1946, 1972, 2004), Hans Blumenberg (2003) e Mircea Eliade (1972).

realidade imediata, empírica. O mito é, ele mesmo, a forma de interagir com e construir a realidade, uma vez que o mundo empírico somente adquire significação por meio de sua interação com o mundo simbólico.

Os mitos, portanto, não devem ser compreendidos somente como sendo narrativas alegóricas porque são capazes de compor um mundo próprio. A leitura do mito, em Faulkner, deve aproveitar-se dessa indicação teórica de Cassirer e, então, expandir-se, não se restringindo unicamente à interpretação de que, em Faulkner, o grande embate alegórico que sua representação do mito sulista encena dá-se entre a Tradição e a Modernidade, como já assinalou George Marion O'Donnell (1963). O mito é a opção narrativa apropriada para, a partir da criação de um cosmos ficcional mítico – e, portanto, autônomo –, revisitar e problematizar o cosmos geográfico-histórico do próprio autor. O condado de Yoknapatawpha e também os mitos que nele tomam lugar caracterizam-se, como argumenta Elizabeth Margaret Kerr (1969), por sua organicidade, característica indispensável a qualquer narrativa mítica.

A consciência regional do Sul dos Estados Unidos difere-se, de acordo com a leitura de Irving Howe (1951), da consciência das outras regiões do País. O Sul é um mundo à parte, que segue na contramão. Para o Norte americano, o Sul – argumenta Susan-Mary Grant (1997) – é uma região atrasada, composta por uma raça inferior, apegada ao passado e a ideias arcaicas de uma época galante, cavalheiresca. O modo de vida sulista é, na melhor das interpretações do Norte, um modo de vida anacrônico, preso a uma velha ordem. Grant (1997) também anota que o apego sulista ao passado corresponde, na verdade, a uma alternativa de conforto psicológico e a um reforço da ideia de que o Sul seria a seção dos Estados Unidos responsável por manter intactos os ideais dos *Founding Fathers*.

Para Gregory Schrempp (2002), uma narrativa mítica é, por vezes, equiparada a uma mentira, a uma dissimulação e, ao longo da história da filosofia – desde a época platônica, assinalada pelo autor –, é considerada uma narrativa que se opõe ao pensamento crítico. De acordo com o mesmo teórico, julgamos ser precipitado acusar a consciência mítica de ser desprovida de criticidade. O mito está subordinado aos limites metafísicos de uma determinada sociedade. Em última instância, a pergunta que deve ser respondida é: o mito é uma narrativa “acrítica” tomando-se em conta qual critério de criticidade? Critérios que pertencem ao mundo moderno e não ao mundo antigo e que, portanto, não podem ser reivindicados sob pena de se converterem em balizas injustas?

Nesse sentido, é bem verdade que Faulkner propõe uma denúncia do discurso da tradição enquanto mito que funda e mantém sua comunidade; no entanto, para uma comunidade enquadrada em uma visão de mundo única, restrita, como dela exigir uma ampla visão de coisas e eventos? Ou ainda: qualquer aproximação que se realize entre a tradição sulista e outra ideologia existencial implicará, indubitavelmente, na consideração daquela como sendo restrita. Não é possível demandar da tradição sulista uma visão de mundo que seus próprios demiurgos não possuem.

Para os escritores do Sul, o mito sulista é fortemente vivido até seu instante de ruptura. Se Cassirer tem razão ao afirmar que a história de um povo é determinada por sua mitologia, importa-nos questionar em que medida o mito sulista (re)lido por Faulkner concorre com a manutenção dos próprios conflitos ideológicos e sociais que acabam sendo explorados por sua narrativa mítico-literária. Como abrir-se a uma nova interpretação dos eventos sociais ou mesmo a uma intervenção modificadora do *status quo* se o moralismo faulkneriano – como quer O'Donnell (1963) – estrutura-se narrativamente pelo mito sulista, que lhe determina sua percepção social, econômica e ética?

A tarefa de Cassirer, em seu texto que é motivado pela escassez de estudos sobre a “forma interna” (2004, p. 9) do pensamento mítico, é especificar os limites da visão mítica da realidade. Antes que a realidade seja por nós percebida como um agrupamento de elementos empíricos – perceptíveis pelos sentidos e ordenáveis por discursos teóricos –, ela nos provoca a interpretá-la como um agrupamento de forças míticas, ou seja, de forças que transpassam nossa pequenez humana ou que nos dão justamente a dimensão de nossa limitação, no que se refere à intervenção possível sobre o mundo. Embora a filosofia e a ciência propriamente dita comumente reclamem para si uma racionalidade da qual as narrativas míticas estariam desprovidas, Cassirer defende que o mito contempla também um conhecimento racional ao qual temos acesso uma vez transpostas as imagens com que é construído. Hans Blumenberg (2003), por sua vez, acredita que o mito e a filosofia nascem da mesma raiz, posto que ambas as possibilidades interpretativas de mundo partem da contemplação e da perplexidade diante do desconhecido.

O mito caracteriza-se pelo seu potencial de alcançar uma expressão pictórica de conceitos que, em princípio, não seriam representáveis. Ao perscrutar sua dinâmica, Cassirer (2004) afirma que o mito é uma forma de conhecimento, embora seja considerado “primitivo” aos olhos do discurso

científico, que, ao lidar com “conceitos cognoscitivos” (CASSIRER, 1972, p. 14), logra êxito em controlar o mundo físico, mas não o mundo social.

Uma narrativa mítica não pode ser julgada a partir de critérios externos a ela; é preciso entender sua configuração, ou como põe Cassirer, “sua legalidade estrutural imanente” (2004, p. 18), uma vez que o mito abrange um mundo autônomo que molda a consciência (*Geisteshaltung*) dos seres humanos e que pode e deve ser especulado filosoficamente. A operação da mente – seja na esfera mítica, religiosa ou científica – instaura mundos, proporcionando o enquadramento da consciência (CASSIRER, 1972).

O mito sulista é condicionante da mentalidade de toda uma população que se ampara em uma tradição apegada a ideologias limitadas. Por mais que, em Faulkner, variem os elementos formais, a mensagem subjacente, o núcleo conteudístico não se modifica: questiona-se uma tradição que, apesar de influente, é mesquinha. Para (re)construção, via literatura, do mito da tradição sulista, Faulkner sabe como manipular a matéria literária, enformando-a adequadamente para que se apresente, a um só tempo, como formalmente plural, mas semanticamente singular.

O estudo do mito, de acordo com Robert Segal (2004), implica a adoção de uma abordagem teórica porque o mito *per se* não possui uma área de investigação própria. Podemos estudá-lo com o aparato oferecido pelos estudos culturais, religiosos, psicológicos e literários, mas, qualquer que seja a área tomada como apoio, a narrativa mítica caracteriza-se por sua função de unificação e ordenação social, e de significação existencial.² Nesse sentido, por exemplo, o mito de Sisifo simbolizaria, pela óptica de Segal (2004), a condenação humana de viver absurdamente em uma realidade da qual desertaram os deuses. Em Faulkner, a realidade humana é igualmente absurda porque ou não se responde autonomamente aos desejos individuais e aos atos cometidos – uma vez que a tradição engessa os indivíduos sob a forma mítica de histórias que justificam a origem ou o funcionamento desta ou daquela cidadezinha – ou porque qualquer decisão que se tome está também sob o jugo de uma Providência maligna (CAMPBELL; FOSTER, 1951).

² Para Cassirer (1946), o estudo do mito está subordinado ao estudo dos fenômenos culturais. Nem o pensamento mítico nem a linguagem que se acusa de primitiva são ilógicos. Se a mente pré-lógica não guardasse relação com a nossa, não poderíamos entendê-la. Mesmo em se tratando do que possa parecer uma mentalidade primitiva, o homem esforça-se por classificar, ordenar e organizar.

Blumenberg (2003) nos explica que o surgimento do mito coincide com a tentativa humana de suplantar o absolutismo da realidade. A existência, confrontada com uma realidade absoluta, reconhece-se isenta de qualquer poder de dominação, donde resulta a angústia existencial que assalta uma criatura que se vê à mercê de forças externas. O mito, portanto, teria surgido como uma tentativa de contenção do inóspito porque a nomeação da realidade é o ato humano primeiro para que se tente dominá-la. A narrativa mítica, para Blumenberg (2003), pode ser lida como uma prototeoria de explicação do mundo que garantiria certa segurança em face do desconhecido, explicando-o, tornando-o familiar ou despotencializando o estranhamento que gera. Busca-se encontrar nomes para o que não é possível de nomeação, principalmente porque o medo é uma força atávica que permanece, por mais que se tenha avançado no esquadramento do mundo.

O perímetro em que se insere a discussão de Blumenberg (2003) sugere-nos recuperar as propostas de Richard Ruland e Malcolm Bradbury (1992), autores que postulam que a literatura norte-americana, à época da colonização do País, resultou do contato dos puritanos com uma natureza hostil. Para Schrempp (2002), uma interpretação possível à função do mito reserva-lhe o potencial de entendimento da natureza circundante. Cassirer (1946) afirma que o mito, em meio a comunidades primitivas, é a possibilidade de instauração de harmonia entre os integrantes de um grupo, e entre o grupo e a natureza. É possível interpretar as primeiras manifestações literárias americanas como frutos de uma consciência mítica cuja intenção era acalmar a angústia existencial dos desbravadores da nova terra.

Em Faulkner, herdeiro dessa tradição puritana, o embate entre o ser humano e a natureza também é uma discussão que se aloca em posição central. John Lydenberg (1952), ao propor uma leitura mítica do conto “The bear”, defende-o como sendo um texto exemplar para se entender a cosmovisão mítica do escritor e afirma também que o embate entre o grupo de personagens e o urso integrante do enredo representa a luta do Homem contra a Natureza. O urso corresponderia ao desconhecido amedrontador e a trama simbolizaria a luta humana pela conquista da terra.

Trata-se, como podemos ver, da retomada de uma discussão antiga dos escritores americanos herdeiros dos puritanos, qual seja, a dificuldade de se impor sobre uma natureza que é recriada literariamente como sendo temperamental e hostil. Quando consideramos amplamente o acervo literário de Faulkner, julgamos ser possível expandir a proposta

de leitura de Lydenberg (1952), tendo em vista que, em Faulkner, o que está em jogo não é somente a compreensão da natureza, mas também a compreensão das relações que se travam entre os homens e a natureza e, num desdobramento, das relações que se firmam entre os próprios homens.

Empenhamo-nos, por meio dos mitos, a explicar as coisas, a controlar o caos. A concepção mítica não pressupõe a representação de um mundo fragmentado, dividido em suas especificidades e funções. Trata-se de uma cosmovisão integralizante que permanece em franca oposição à nossa percepção moderna analítico-abstrata e que cumpre uma função pedagógica, uma vez que o mito reforça a conduta do ser humano pertencente a determinada comunidade:

Nas civilizações primitivas, o mito desempenha uma função indispensável: ele exprime, enaltece e codifica a crença; salvaguarda e impõe os princípios morais; garante a eficácia do ritual e oferece regras práticas para a orientação do homem. (ELIADE, 1972, p. 23)

A tradição, em Faulkner, é problematizada como um mito pedagógico no sentido em que “ensina” (mas de forma desumanizadora), a uma sociedade dividida em castas, qual a ascendência de cada um (passado), qual o presente a ser cumprido e, conseqüentemente, por qual futuro este ou aquele indivíduo deve aguardar. Em resumo, a tradição relida por Faulkner equivale a um mito que cumpre as funções destacadas por Eliade (1972): manutenção de crenças e dos rituais sociais, e imposição de balizas morais. A grande preocupação do tradicional Sul dos Estados Unidos, da maneira como o recria Faulkner, recai sobre a origem de personagens alóctones – não pertencentes ao contexto social em questão – que desejam fundir-se à ordem social. Afinal, a ascendência de um indivíduo determina seu futuro ao estipular seu destino social e qualquer tentativa de ruptura dessa ordem torna-se uma afronta à imutável tradição.³

³ No entanto, não deixa de ser retratada, na criação faulkneriana, uma estrutura social que, ao obrigar seus integrantes a encontrarem formas de sobrevivência em feroz cenário capitalista, se vê deserdada de quaisquer esteios éticos: tudo pode ser feito – sobretudo por famílias que desejam ascender-se socialmente – para garantir a si a posse de recursos que, além de representar *status* social em uma sociedade geográfica e ideologicamente limitada, equivalem também a insumos à sobrevivência. Essas famílias ilegítimas se tornam influentes por meio da possibilidade capitalista de ascensão econômica, mas não são clãs que representam autenticamente a terra natal por não serem herdeiras de um sistema feudal de legitimação de seu poder social.

Se o mito reclama para si o trabalho de “revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas” (ELIADE, 1972, p. 13), o discurso sobre a tradição, em Faulkner, tem conotação mítica ao justificar porque o sulista é quem é e porque a sociedade do Sul deve manter-se dentro de uma configuração estável, enrijecida. O empenho de Faulkner é para problematizar o arcaísmo da tradição, que impede a expansão de leitura do mundo. Faulkner, ele mesmo sulista que teve a oportunidade de residir em cidades maiores – como Nova Orleães e Nova Iorque, por exemplo –, esforça-se por abandonar a obsolescência de sua formação e converter-se em homem histórico pleno,⁴ apto a questionar a limitação interpretativa imposta pela tradição social.

Para Otto Marquard (1989), o esforço humano de narrar e renarrar nossa percepção individual dos eventos vividos corresponde justamente a um esforço de libertação do factual do qual dificilmente podemos nos desvencilhar ou que não podemos modificar. A problematização falkneriana dialoga com esse pensamento do filósofo precisamente no ponto em que, se a Faulkner não é dado modificar a tradição, ao menos lhe é garantida a possibilidade de exilar-se – factual ou figurativamente – para questioná-la, para observá-la a partir de um ângulo externo.

Marquard (1989) chama-nos a atenção para a existência de monomitos, isto é, de narrativas de fundo mítico que se impõem como autoritárias e, nesse sentido, podemos interpretar a tradição em Faulkner como sendo um monomito igualmente perigoso porquanto impositivo. A tradição converte-se em uma narrativa limitadora porque seus sujeitos (leia-se: súditos) não podem questionar o *status quo*, o *modus operandi* da sociedade. A literatura, por meio da contação de histórias, por meio da criação de polimitos – narrativas com angulações interpretativas múltiplas –, permite a Faulkner remodelar virtualmente a tradição, empreendimento que contribui com significativa (embora não completa) pacificação espiritual. As obras literárias, acrescenta Laurence Coupe (1997), (re)

⁴ Para Eliade (1972), o homem arcaico é aquele cuja leitura de mundo restringe-se aos eventos míticos não questionáveis, que são passados de geração em geração e que logram êxito em explicar a configuração imediata da sociedade. O homem histórico, por sua vez, sedimenta, em seu tecido biográfico, experiências extrínsecas à sua comunidade, o que lhe permite ler o mundo de maneira mais ampla. A História, segundo o autor, instituiu uma nova forma de interpretação do mundo, remodelando o pensamento mítico. No entanto, é preciso notar que a História não aboliu o mito sobretudo porque, na visão de Eliade (1972), a própria historiografia encontra-se imersa nos próprios mitos que deu à luz.

criam, recuperam, revisitam narrativas fundamentais à compreensão da realidade de diversos grupos humanos e, por tal razão, podem ser chamadas de “mitopoéticas” (p. 4).

Coupe (1997) assinala o vínculo que não raramente se estabelece entre mito e violência. Reforça o teórico que o mito é uma proposta interpretativa à existência dos seres humanos, que são seres amparados por símbolos e por forte senso hierárquico. Mas esse senso ordenador deforma-se porque não admite figuras contrárias à narrativa fundadora, que transforma os dissidentes em bodes expiatórios. O mito, sintetiza o autor, funda um terreno de “violência sistemática” (COUPE, 1997, p. 5). É o que Faulkner constantemente põe em evidência ao representar as narrativas sobre as quais se mantêm seu condado ficcional e, por extensão, sua própria comunidade sulista: a tradição teatraliza-se como um mito empedernido e qualquer tentativa dos personagens (plano literário) ou dos habitantes do Sul (plano biográfico) de subversão desse discurso fundador implica punições simbólicas ou factuais.⁵

Cassirer (1972) nos chama a atenção para o esforço perene de nomeação do mundo e o potencial da palavra, que chega a propor uma equivalência entre a coisa e o nome a ela atribuído:

Pois também o eu do homem, sua mesmidade e personalidade, estão indissolivelmente unidos com seu nome, para o pensamento mítico. O nome não é nunca um mero símbolo, sendo parte da personalidade de seu portador; é uma propriedade que deve ser resguardada com o maior cuidado e cujo uso exclusivo deve ser cuidadosamente reservado. (p. 68)

A Palavra, inscrita na e privilegiada pela concepção mítica, instala ordem, constrói e articula a realidade espiritual humana. Resulta daí uma possibilidade interpretativa, a saber: a literatura seria, portanto, uma ferramenta de ordenação por excelência. A concepção de mundo mítica implica considerar a íntima relação existente entre o nome e a coisa nomeada e, se a leitura via mito que propomos de Faulkner se mostra coerente, conseguimos explicar por que, em sua obra, o nome que se

⁵ A leitura que Paul Ricœur faz do mito – retomada por Coupe (1997) – ressalta que o mito é um incentivo à especulação e que, para além da hierarquia que (re)traça, aponta para outros horizontes existenciais. Por meio do mito, parte-se de um modelo de realidade paradigmático, mas se busca um horizonte transcendente.

adota para designar esta ou aquela linhagem condicional, no perímetro da tradição, as famílias a determinado código ético. É o caso, por exemplo, das famílias Snopes e Sartoris, as quais, para Ruel E. Campbell e Harry Modean Foster (1951), submetem-se ao nome com que se designam e respeitam um código de conduta previsível porque subordinado ao brasão da família. A Palavra em Faulkner, portanto, reclama igualmente sua força metonímica.

A principal diferença da consciência mítica faulkneriana da consciência mítica fundamental – explorada por Cassirer (1972) – reside no fato de que os nomes que pesam sobre os personagens faulknerianos engessam sua existência, tornando-se nomes desumanizadores. A tradição impõe vida e costumes rígidos, ao passo que, para a consciência mítica fundamental, do modo como a interpreta Cassirer (1972), a existência humana é considerada em seu dinamismo, em sua contínua construção, em sua essência mutável que impede um enrijecimento definitivo.

A literatura, no caso faulkneriano, é um instrumento supremo de ordenação existencial porque é por meio de suas obras que o autor consegue problematizar o *status quo* e (re)atribuir um sentido a uma comunidade esfacelada, principalmente, pelas atrocidades da Guerra Civil. A fratura da escrita faulkneriana é representativa dessa perda de referência existencial que atinge, no plano literário, a sociedade sulista pós-Guerra Civil e, no plano biográfico do autor, a sociedade do século 20, estilizada pela Primeira Guerra Mundial (RUBIN JR., 1966). Sua narrativa mitopoética, vale insistir, é uma tentativa de reconstrução e de legitimação da ordem cósmica a que a sociedade do Sul dos Estados Unidos se vê confinada.

Por abrigar reflexões a respeito do embotamento de experiências autênticas e da dificuldade de se perpetuar narrativas em contextos históricos que sofreram a convulsão de guerras ou de cataclismos afins, o ensaio “O narrador” (1936), de Walter Benjamin, ajuda-nos a dimensionar a relevância e o engenho literário da prosa faulkneriana, já que nos permite entender melhor os entraves a serem superados pelo romancista ao se dispor a (re)construir o sentido existencial de sua própria sociedade.

Benjamin (1994) assinala quatro agentes responsáveis pela aniquilação da possibilidade de o homem moderno, submetido ao estilhaçamento da ordem social primeva, vivenciar experiências autênticas, a saber: a guerra de trincheira, a inflação (responsável pela ruína econômica), a guerra de material e os governantes (responsáveis

pela derrocada ética de seu tempo). Em Faulkner, as guerras também são retratadas como agente responsável pelo emudecimento de seus participantes, ou seja, pelo silenciamento dos narradores. Seu romance de estreia *Soldier's Pay* (1926) problematiza a ruína ético-econômica do período pós-Primeira Guerra Mundial, mas é a partir de *Sartoris* (1929), sua terceira obra, que o romancista passa a alocar seus personagens no condado ficcional de Yoknapatawpha e, por conseguinte, a explorar os desdobramentos existenciais e materiais da Guerra Civil Americana.

Ao cumprir a tarefa de narrar e problematizar o discurso mítico da tradição sulista, a prosa de Faulkner adquire contornos das histórias orais, principalmente porque o romancista costumeiramente recorre à técnica das múltiplas vozes, que permite a reconstrução de eventos, no texto, por meio de diversos ângulos narrativos, que acabam se complementando e se sedimentando em camadas. Para Benjamin (1994), a boa trama escrita é aquela que mais guarda semelhança com as histórias orais, (re)contadas por vozes anônimas, capazes de perpetuá-las no inventário cultural e, nesse sentido, os personagens de Faulkner – apesar de não serem anônimos, porque identificáveis a partir de seu estrato sociocultural – são os agentes responsáveis por recolher os rumores e as impressões sobre os eventos ocorridos que serão posteriormente reagrupados pelo leitor.

Importa recuperar também que, para Benjamin, existem dois protonarradores: o “camponês sedentário” e o “marinheiro comerciante”, que tendem a se associar, de modo a nos indicar a “extensão real do reino narrativo” (BENJAMIN, 1994, p. 199), isto é, das possibilidades dos arranjos realizados para se criar narrativas. O narrador sedentário recolhe a tradição de seu espaço histórico-geográfico e o narrador viajante dedica-se à coleta de saberes da alteridade, ou seja, de povos outros. A associação entre ambos os tipos de narradores é dialética e torna possível um narrador-síntese, a saber, aquele capaz de problematizar seu contexto cultural imediato ou biográfico a partir do confronto com outras possibilidades interpretativas da realidade. O confronto é também dialético e a engenhosidade e perenidade da narrativa artesanalmente tecida advêm do equilíbrio alcançado entre a externalidade – coisa narrada – e a subjetividade do narrador, que se interpenetram e se adaptam mutuamente, dando origem a uma (re)organização personalizada de tudo o que se escolhe para integrar a narrativa. Faulkner, embora estivesse arraigado biograficamente à tradição sulista, teve a oportunidade, como dissemos, de conhecer novas paragens e de olhar seu contexto natal a distância, de modo a questioná-lo em suas limitações e vícios.

Essa iniciativa dá origem, em seus textos, a personagem como Quentin Compson, de *The sound and the fury* (1929), que recriam os ímpetus questionadores do próprio autor.

Também para Benjamin (1994), a ascensão do gênero romance marca a morte da narrativa, agora conduzida por um indivíduo solitário, que já não possui mais conselhos exemplares a transmitir. Opõe-se, portanto, ao narrador (vinculado a uma tradição oral), que narra a partir do que vive, isto é, de sua experiência. Situa-se Faulkner, portanto, no que seria uma espécie de encruzilhada benjaminiana, ou seja, no ponto exato em que se estabelece a ruptura entre o narrador primevo e o romancista? Faulkner – pelo que faz seus personagens viverem e pela posição que assume ele mesmo na sociedade sulista, qual seja, a posição de um rebelde – é o romancista solitário que já não consegue partilhar conselhos impecáveis, somente sua própria perplexidade acerca do contexto esfacelado em que vive.

Por outro lado, guarda, como vestígio da figura do narrador benjaminiano, justamente as experiências vividas, as quais lhe possibilitaram confrontar o *modus vivendi* da sociedade americana cosmopolita e aquele da sociedade do Sul, sua terra natal. As viagens de Faulkner tornaram-lhe possível experimentar situações diversas daquelas delimitadas por seu rincão natal e é esse confronto que impulsiona seu projeto literário em direção ao estabelecimento de uma poética da denúncia da tradição. Mas Faulkner, ao compor – à maneira de Leskov, como lido por Benjamin – uma “narrativa magistral” (BENJAMIN, 1994, p. 203), não nos fornece explicações como igualmente não nos fornece julgamentos definitivos.

Ao problematizar os pontos fracos de sua sociedade, Faulkner representa o cronista benjaminiano porque, diferentemente do historiador, que deve se encarregar da explicação dos eventos que manipula, tem a liberdade de escapar-se à recomposição linear dos episódios ocorridos. O cronista – e o narrador, para Benjamin, corresponde a um cronista secularizado – assume uma tarefa que é caracteristicamente filosófica porquanto se dedica a uma interpretação própria, que não tem a obrigatoriedade de corresponder a uma recomposição fria do que ocorreu. Em Faulkner, o tecido histórico jamais é cartesianamente reconstituído, à maneira da recomposição que se espera do historiador: os episódios históricos enfrentados por sua geração – Guerra Mundial – e aqueles enfrentados pelas gerações anteriores – Guerra de Secessão – são antes explorados em sua ressonância no presente e, portanto, a tentativa de racionalização dessa ressonância por meio da linguagem somente pode se materializar, em Faulkner, por meio de uma escrita fragmentária, dada

a impossibilidade de se apreender e ordenar sistematicamente a profusão de sentimentos que acomete o sujeito real (escritor) e os sujeitos virtuais (personagens) que experimentam, no plano histórico, a desolação de um universo esfacelado em seus pilares.

A rememoração, chamada de “musa do romance” (BENJAMIN, 1994, p. 211), é a entidade a que se aferra o romancista em sua tentativa de significar os múltiplos “fatos difusos” (BENJAMIN, 1994, p. 211) com que lida. Afinal, continua ainda Benjamin, o romance é uma iniciativa criadora animada pelo propósito de se buscar o “sentido da vida” (p. 212) e essa é a mesma tarefa que cumprem os textos faulknerianos. Além do mais, se “a memória é a mais épica de todas as faculdades” (BENJAMIN, 1994, p. 210), como escreve Benjamin, o engenho narrativo faulkneriano ampara-se não somente no esforço levado a cabo pelo romancista, mas inclusive (e sobretudo) por seus personagens que, em obras como *Absalom, Absalom!* (1936), insistem na recuperação, a partir da coleta de comentários de múltiplas vozes, dos eventos do passado. Nesse sentido, personagens que incessantemente recorrem às lembranças da infância, as quais servem de lente para a leitura e (re)organização do presente – um exemplo é a personagem Rosa Coldfield, que tenta cerzir a crônica da família Sutpen –, são, na poética faulkneriana, personagens épicos devido ao trabalho devotado que desenvolvem a partir da ação e da intervenção da memória.

O discurso artístico, como argumenta Cassirer (1972), configura-se de modo a criar um mundo próprio e a tocar o núcleo do real. O espírito esforça-se por autodesdobrar-se, a fim de capturar lampejos da realidade ela mesma. Cada forma simbólica – ciência, arte ou mito *per se* – é uma agência de captura de uma realidade transcendente. A fragilidade inata à linguagem consiste em sua impossibilidade de capturar fidedignamente o real: o que se tenta expressar pela linguagem esforça-se por tocar o núcleo real e último das coisas, mas o que se consegue registrar são reminiscências desse toque. Jamais se consegue registrar as peculiaridades exatas da sensação que se teve ao se tocar a realidade e a linguagem tem de se conformar com essa sua limitação *sine qua non*.

A visão mítica não se consagra, à maneira do discurso teorético, à evidenciação das conexões existentes entre os inúmeros eventos da realidade. A teoria, de acordo com Cassirer (1972), preocupa-se com as “relações de pensamento” (p. 74), com a ordenação lógica das intuições apreendidas e valorizadas pelo sujeito. A reflexão fomentada pelo mito é livre e desprovida de conexões cartesianas porque abdica da tarefa de listar as causas e efeitos. O mito deve ser fruído em si, sem que se execute

uma iniciativa de fruição ou ordenação transcendentais. Daí a escrita de Faulkner ser, em sua formatação mítica, desprovida de anotações racionalizantes. A lógica da escrita predominantemente subvertida em sua prosa contribui para que as obras alcancem, à maneira do mito, a “máxima intensificação” (p. 75) de que fala Cassirer (1972), em detrimento do estabelecimento de uma ordenação visível, cartesiana.

Cassirer (1946) atualiza a leitura da concepção mítica de mundo ao avaliar em que medida a sociedade da primeira metade do século 20 deu à luz mitos políticos irracionais. O filósofo vincula as mudanças de um tecido social violentamente atingido pelas atrocidades das Guerras Mundiais – intervalo de 1914 a 1945 – ao retorno a uma forma mítica de percepção de mundo. O abalo causado pelas guerras resultou tão profundo que fomentou a supremacia de visões de mundo míticas, em detrimento de uma concepção guiada por um pensamento esclarecido, racional. Em síntese, uma vida social submetida à crise existencial rechaça, para Cassirer (1946), a racionalidade e implanta discursos pouco dados ao questionamento. A mesma crise existencial, parece-nos, pertence a um Sul americano que teve de agrupar os fragmentos de uma ideologia estilhaçada por um violento conflito travado entre irmãos. O apego à tradição, entendida como um mito autoritário, advém do desespero de uma sociedade que acabara por perder suas referências existenciais, que tivera suas crenças destroçadas pela humilhação da derrota.

Cassirer (1946) tem razão quando afirma que o mito caracteriza-se por sua função de unir emocionalmente os integrantes de uma comunidade e essa constatação nos auxilia na interpretação do *modus vivendi* do Sul dos Estados Unidos: desalentados pela derrota na Guerra Civil, os integrantes da comunidade recorrem à tradição para que se tente um retorno à antiga ordem ou para que, minimamente, os integrantes da comunidade não se dispersem.

Deve-se ressaltar ainda que a narrativa mítica embasa-se na transfiguração do medo porque o mito foi o primeiro pedagogo que ensinou o ser humano a refletir sobre a morte. A tradição, em Faulkner, ao tentar manter o sentido existencial da comunidade acaba se tornando um mito às avessas porque se vincula ironicamente à decadência, ao embotamento existencial e à destruição de seus correligionários. O mito, em Faulkner, convida-nos a refletir sobre a limitação da tradição e sua inclinação à destruição existencial do indivíduo, ou seja, à perpetração de sua morte subjetiva. Circunscrito, pois, ao perímetro da morte, o mito faulkneriano não abandona a discussão desse evento adverso supremo

que, por ser superior a qualquer resistência humana, indica o quão frágeis somos e o quão estúpidas costumam ser nossas ideologias mesquinhas.

Por fim, importa considerar a discussão proposta por Eliade, que, ao confirmar a intrincada relação existente entre literatura e mito, defende que o romance seria um prolongamento da narrativa mítica fundamental, considerando-se que esse gênero relata uma “série de eventos dramáticos ocorridos num passado mais ou menos fabuloso” (1972, p. 163). A literatura, podemos concluir, é nossa atual conexão com o mito e nos liberta das amarras ideológicas, temporais, espaciais, religiosas e familiares ao propor a recitação de um enredo que ultrapassa os limites do tempo histórico. A arte literária, da forma como a concebe Faulkner, é instrumento de rebeldia, arma com que lutamos na batalha contra Saturno, o implacável tempo destrutivo das esperanças humanas.

Referências

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221. (Obras escolhidas, v. 1).

BLUMENBERG, H. *Trabajo sobre el mito*. Tradução de Pedro Madrigal. España: Editorial Paidós, 2003. 679 p. [Título original: *Arbeit am Mythos*].

CAMPBELL, H. M.; FOSTER, R. E. The Myth of Cosmic Pessimism. In: _____. *William Faulkner: A Critical Appraisal*. Norman: University of Oklahoma Press, 1951. p. 114-139.

CASSIRER, E. *A filosofia das formas simbólicas: segunda parte – o pensamento mítico*. Tradução de Cláudia Cavalcanti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. v. 2. 440 p. [Título original: *Philosophie der symbolischen Formen II: Das mythische Denken*].

CASSIRER, E. *Linguagem e mito*. Tradução de J. Guinsburg e Miriam Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 1972. 131 p. [Título original: *Sprache und Mythos – Ein Beitrag zum Problem der Götternamen*].

CASSIRER, E. *The Myth of the State*. New Haven: Yale University Press, 1946. 303 p.

COUPE, L. *Myth*. London; New York: Routledge, 1997. 136 p. [The New Critical Idiom].

ELIADE, M. *Mito e realidade*. Tradução de Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972. 183 p. [Título original: Myth and reality].

GRANT, S.-M. Making History: Myth and the Construction of American Nationhood. In: HOSKING, G.; SCHÖPFLIN, G. (ed.). *Myths and Nationhood*. New York: Routledge, 1997. p. 88-106.

HOWE, I. The Southern Myth and William Faulkner. *American Quarterly*, Baltimore, v. 3, n. 4, p. 357-362, 1951. Disponível em: www.jstor.org/stable/3031466. Acesso em: 16 ago. 2017.

KERR, E. M. *Yoknapatawpha*: Faulkner's "Little Postage Stamp of Native Soil". New York: Fordham University Press, 1969.

LYDENBERG, J. Nature Myth in Faulkner's "The Bear". *American Literature*, Durham, v. 24, n. 1, p. 62-72, 1952. Disponível em: www.jstor.org/stable/2921991. Acesso em: 2 nov. 2017.

MARQUARD, O. In Praise of Polytheism (On Monomythical and Polymythical Thinking). In: _____. *Farewell to Matters of Principle: Philosophical Studies*. Translated by Robert M. Wallace. New York: Oxford University Press, 1989. cap. 5. p. 87-110.

O'DONNELL, G. M. Faulkner's Mythology. In: HOFFMAN, F.; VICKERY, O. W. (ed.). *William Faulkner: Three Decades of Criticism*. New York; Burlingame: Harbinger Books, 1963. cap. 3. p. 82-93.

RUBIN JR., L. D. *Writers of the Modern South: The Faraway Country*. Seattle and London: University of Washington Press, 1966. 256 p.

RULAND, R.; BRADBURY, M. *From Puritanism to Postmodernism: A History of American Literature*. New York: Penguin Books, 1992. 456 p.

SCHREMPP, G. Introduction. In: SCHREMPP, G.; HANSEN, W. (ed.). *Myth: A New Symposium*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2002. p. 1-15.

SEGAL, R. A. *Myth: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2004. 164 p.

Recebido em: 30 de dezembro de 2017

Aprovado em: 12 de julho de 2018